
Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais

Male world: men, masculinities and international relations

Diego Santos Vieira de Jesus¹

Resumo: O objetivo é identificar as principais contribuições dos estudos sobre homens e masculinidades à área de Relações Internacionais. Sustenta-se que as masculinidades são aspectos produzidos na vida institucional do Estado, do mercado de trabalho e da família, e os interesses dos indivíduos e dos Estados são constituídos nas relações de gênero por meio da desigualdade, não são homogêneos e são determinantes poderosos da ação social, ainda que tal desigualdade não se sustente somente com base na força. Há

-
- 1 Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI / PUC-Rio). Atualmente, é professor dos cursos de Graduação em Relações Internacionais e de Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais Contemporâneas e em Ajuda Humanitária e ao Desenvolvimento da PUC-Rio. Também é professor dos cursos de Graduação em Relações Internacionais e em Comunicação Social - Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ) e coordenador da área de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC - Administração de Empresas) e de Projetos de Graduação Internacional (PGI - Relações Internacionais) na mesma instituição. É professor do curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Universitário Hermínio da Silveira IBMR-Laureate (UNI-IBMR).

uma íntima conexão histórica na política internacional entre as condições de homem e de nação por meio da construção de uma “masculinidade patriótica”, da designação de espaços generificados na política nacional, da dominação dos interesses e das ideologias masculinas nos movimentos nacionalistas e da construção de um militarismo sexualizado voltado para a dominação. As masculinidades no contexto da segurança internacional são em geral associadas à força, à dureza e à heterossexualidade agressiva. Entretanto, as masculinidades são dinâmicas e até mesmo contraditórias, num momento em que são construídas na relação com contextos em que os indivíduos se encontram. Logo, é possível conceber a construção de masculinidades alternativas nos temas relativos à segurança internacional. Ademais, arranjos institucionais da economia global e seus princípios fundamentais são generificados. O poder crescentemente não-regulado das empresas transnacionais coloca poder estratégico nas mãos de grupos específicos de indivíduos do sexo masculino, enquanto a linguagem da globalização mantém-se neutra para que o “indivíduo” da teoria neoliberal tenha os atributos e os interesses de um empreendedor masculino.

Palavras-chave: Masculinidades. Relações internacionais. Gênero. Segurança internacional. Economia política internacional.

Abstract: The aim is to identify the main contributions of studies on men and masculinities to the field of International Relations. It is argued that masculinities are produced in the institutional life of the state, the labor market and the family, and the interests of individuals and states are made in gender relations by means of inequality, are not homogeneous and are powerful determinants of social action, even if this

inequality is not only sustained by force. There is a close historical connection between the international political conditions of man and nation through the construction of a “patriotic masculinity,” the designation of the gendered spaces in national politics, the dominance of masculine interests and ideologies in nationalist movements and the construction of a sexualized militarism to achieve domination. Masculinities in the context of international security are generally related to force, hardness and aggressive heterosexuality. However, masculinities are dynamic and even contradictory and they are constructed in relation to the contexts in which individuals find themselves. Therefore, it is possible to conceive the construction of alternative masculinities in issues related to international security. Moreover, institutional arrangements of the global economy and its underlying principles are gendered. The increasingly unregulated power of transnational companies strategic places power in the hands of specific groups of men, while the language of globalization remains neutral for the “subject” of neoliberal theory has the attributes and interests of a male entrepreneur.

Keywords: Masculinities. International relations. Gender. International security. International political economy.

1. Introdução

O gênero, como determinante de relações sociais que legitimam e sustentam o poder das masculinidades sobre as feminilidades, remete às relações entre masculinidades e feminilidades, bem como às relações entre as masculinidades e às relações entre as feminilidades². As masculinidades são

2 GREIG *et al.*, 2000, p. 1.

construídas em relação às feminilidades e expressam as múltiplas formas nas quais a identidade de gênero é articulada por meio de uma ordem de gênero, em que o gênero não é apenas uma propriedade de indivíduos, mas um processo de instituições e uma dinâmica de relações de poder entre grupos de indivíduos. A ordem de gênero expressa o poder das masculinidades sobre as feminilidades e o poder de algumas masculinidades sobre outras com base em raça, orientação sexual e etnicidade, por exemplo. Nesse sentido, qualquer discussão sobre gênero precisa de uma discussão sobre poder, que pode ser expresso por meio do patriarcado público – que se refere a arranjos institucionais de uma sociedade, com a predominância masculina em posições de poder na economia e na política local e nacional, sendo que tais arranjos reproduzem a própria ordem de gênero – e do patriarcado doméstico, que se refere a arranjos emocionais e familiares numa sociedade, que apontam para as formas em que o poder masculino na arena pública é reproduzido ao nível da vida privada. Ambos são ligados pela ameaça implícita ou explícita da violência: o patriarcado público inclui o aparato policial e militar da sociedade, enquanto o estupro e a violência doméstica sustentam o patriarcado doméstico. Essas expressões de poder não são uniformes, monolíticas ou coincidentes. Atualmente, a globalização reconfigura arranjos político-econômicos e culturais nacionais, regionais ou locais e transforma as articulações locais de ambos os patriarcados³.

A maior parte dos estudos sobre homens e masculinidades insere-se, tal qual grande parte dos estudos feministas, no campo de estudos sobre gênero, que se debruçam sobre a construção social da categorização sexuada, em especial dos gêneros “masculino” e “feminino”. Outras abordagens como

3 KIMMEL, 2001, pp. 23-24.

grande parte dos estudos LGBT e dos estudos realizados pelos teóricos *queer* se inserem no âmbito de estudos sobre sexualidade, que se referem à diversidade de orientações sexuais (“heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, por exemplo). Em vez de defender a separação completa entre tais estudos, esse artigo defende, de forma compatível com a proposta de BEASLEY⁴ que existem conexões complexas entre as teorizações sobre gênero e sexualidade, que podem ser produtivas mesmo em momentos de discordância. O feminismo inclui uma crítica à misoginia e à hierarquia de gênero e considera o gênero feminino como o foco na análise. Os estudos sobre homens e masculinidades tratam as masculinidades não como referentes normativos contra os quais padrões são analisados, mas como construções problemáticas de gênero que transformam noções socioculturais e políticas do que significa “ser homem”. Os estudos sobre sexualidade debruçam-se sobre as orientações e as práticas sexuais, bem como o desejo e o prazer. Em relação aos estudos feministas e aos estudos sobre sexualidade, os estudos sobre homens e masculinidades constituem um subcampo menor, mas, em geral, mais consistente. Como os estudos sobre homens e masculinidades são uma área ainda em crescimento, eles não são tão diversos quanto os outros dois e retêm uma agenda partilhada comparativamente mais harmônica em termos teóricos e políticos⁵. Porém, como fica possível perceber a partir de tais definições, a lente dos estudos de gênero não foca exclusivamente o gênero feminino, como grande parte dos teóricos na área de Relações Internacionais pareceu conceber.

Inserido num contexto de educação e de popularização de novas perspectivas teóricas e analíticas para o estudo das

4 BEASLEY, 2013, p. 110.

5 BEASLEY, 2013, pp. 113-114.

relações internacionais, este artigo tem como objetivo identificar as principais contribuições dos estudos sobre homens e masculinidades à área de Relações Internacionais. Pretendo sustentar os seguintes argumentos centrais:

1. As masculinidades são aspectos produzidos na vida institucional do Estado, do mercado de trabalho e da família, e os interesses dos indivíduos e dos Estados são constituídos nas relações de gênero por meio da desigualdade, não são homogêneos e são determinantes poderosos da ação social, ainda que tal desigualdade não se sustente somente com base na força. Tanto no nível local como na dimensão internacional, as situações nas quais as masculinidades foram elaboradas mudam ao longo do tempo, o que pode suscitar novas estratégias nas relações de poder e redefinições da masculinidade socialmente valorizada;
2. Há uma íntima conexão histórica na política internacional entre as condições de homem e de nação por meio da construção de uma “masculinidade patriótica”, da designação de espaços generificados na política nacional, da dominação dos interesses e das ideologias masculinas nos movimentos nacionalistas e da construção de um militarismo sexualizado voltado para a dominação;
3. As masculinidades no contexto da segurança internacional são em geral associadas à força, à dureza e à heterossexualidade agressiva. Entretanto, as masculinidades são dinâmicas e até mesmo contraditórias, num momento em que são construídas na relação com contextos em que os indivíduos se encontram. Logo, é possível conceber a construção

de masculinidades alternativas nos temas relativos à segurança internacional.

4. Arranjos institucionais da economia global e seus princípios fundamentais são generificados. O poder crescentemente não-regulado das empresas transnacionais coloca poder estratégico nas mãos de grupos específicos de indivíduos do sexo masculino, enquanto a linguagem da globalização mantém-se neutra para que o “indivíduo” da teoria neoliberal tenha os atributos e os interesses de um empreendedor masculino.

Na próxima seção, farei uma apresentação dos estudos sobre homens e masculinidades nas ciências sociais. Antes de tecer as considerações finais, indicarei as principais contribuições que os estudos sobre homens e masculinidades trazem aos estudos sobre a história da política internacional, a segurança internacional e a economia política internacional e a globalização, respectivamente.

2. Os estudos sobre homens e masculinidades

Há autores que entendem a masculinidade como um “destino biológico”, usando o conceito para se referirem a qualidades e propriedades inatas dos indivíduos de sexo masculino que os distinguem dos indivíduos do sexo feminino. Nessa visão, a masculinidade seria a natureza do homem, e, como tal, ajuda a explicar não apenas diferenças, mas desigualdades entre indivíduos do sexo masculino e os do feminino. Os privilégios políticos, econômicos e culturais dos homens surgiriam de sua “vantagem masculina”, como se veria refletida na predisposição genética à agressão, na força física e nos ímpetos sexuais. O problema com o deter-

minismo biológico era a natureza arbitrária da fixação de uma masculinidade “essencial”, que pode variar em um espectro que vai da fisicalidade inata à racionalidade inata do indivíduo do sexo masculino. Já a definição de masculinidade em termos de sua construção cultural oferece formas de repensar as relações dos homens à desigualdade de gênero. Nessa perspectiva, a insegurança dos indivíduos do sexo masculino em relação à sua masculinidade promove o comportamento abusivo em relação aos do sexo feminino⁶. Segundo GREIG et al.⁷, não seria útil abstrair uma discussão do comportamento dos indivíduos do sexo masculino em termos de sua identidade masculina de uma discussão mais ampla de valores e práticas que definem as relações de poder. O entendimento da masculinidade como um discurso ampliaria o foco para além das bases biológicas e culturais de sua natureza ou identidade masculina e esclareceria os valores e as práticas que criam tais hierarquias de poder. As perspectivas discursivas sobre masculinidades estão interessadas nas formas em que elas se tornaram um local para as disputas de poder. Alguns estudos sobre masculinidades desenvolveram linhas de investigação pós-estruturais e pós-modernas, mas essas linhas ainda são pouco comuns⁸. Ao

6 GREIG *et al.*, 2000, pp. 4-5.

7 GREIG *et al.* 2000, pp. 5-6.

8 BEASLEY, 2013, p. 114-116. Um número menor de teóricos sobre homens e masculinidades, ao menos retoricamente, evocou as teorias pós-modernas e pós-estruturais, mas acabou desenvolvendo análises que revelavam a contínua centralidade das estruturas modernas no subcampo dos estudos sobre homens e masculinidades. Quando pensadores e conceitos teóricos pós-modernos e pós-estruturais são citados, eles tendem a ser simplesmente adicionados a uma fundação teórica moderna virtualmente não-modificada. Alguma referência a teóricos como Foucault pode surgir, sendo seguida por uma reversão às concepções modernas e estruturalistas de poder e às concepções unificadas sobre agentes, em especial ao se realizarem estudos empíricos. O resultado é frequentemente a inconsistência ou a incoerência, que confirma a visão de que os estudos sobre homens e masculinidades

se manterem alinhadas com a modernidade, as produções teóricas nos estudos sobre homens e masculinidades têm partilhado mais os arcabouços conceituais da Sociologia e estão mais preocupadas com análises macroestruturais do que noções como “performance” ou “simulacro”, associadas a pensadores pós-estruturais e pós-modernos, mesmo quando tais terminologias são citadas.

Pode-se dizer que a fraqueza de perspectivas essencialistas está na sua arbitrariedade e na fácil falseabilidade. Poder-se-iam indicar outras estratégias para a definição das masculinidades. As definições positivistas de masculinidade são descrições de indivíduos do sexo masculino em espaços particulares em tempos particulares, sendo limitadas pela falta de generalidade, perspectivas tendenciosas por parte dos pesquisadores e tautologias: segundo tais definições, “homens são o que fazem”; assim, seria impossível que indivíduos do sexo masculino se comportassem de formas femininas ou indivíduos do sexo feminino se comportassem de formas masculinas. Já as definições normativas de masculinidade enfatizam ideais ou estereótipos dos papéis sexuais masculinos; entretanto, elas são limitadas por suas suposições culturais e históricas e sua ênfase em tipos ideais que excluem muitos indivíduos. Finalmente, as definições semióticas de masculinidade contrastam o masculino e o feminino e deduzem da diferença o significado das masculinidades – e também o das feminilidades; entretanto, essas definições são limitadas por sua ênfase no discurso e no simbolismo, que frequentemente tendem a ignorar as dimensões materiais e estruturais da construção social dos

mantiveram-se comprometidos com um arcabouço teórico moderno, mesmo quando os autores evocaram agendas pós-modernas e pós-estruturais. Tais inconsistências ficaram claras nos primeiros estudos sobre homens e masculinidades na área de Relações Internacionais no Brasil. Ver, por exemplo, JESUS, 2011, 2012a,b,c.

significados de gênero. Apesar das limitações de tais definições de masculinidade, é possível identificar em diferentes tempos e lugares masculinidades hegemônicas que definem os padrões do pensamento e da ação masculina com os quais outras masculinidades competem ou se definem em diversos Estados, sejam nas Américas, na Europa, na África ou na Ásia. Como a maior parte das instituições dos Estados foram historicamente dominadas por indivíduos do sexo masculino, não surpreende que a cultura e a ideologia da masculinidade hegemônica caminhem lado a lado com a cultura e a ideologia do nacionalismo. Outros fenômenos sociais de tempos particulares, como o colonialismo e o imperialismo, também se relacionaram a padrões de masculinidade de suas épocas⁹, como explorarei adiante.

Os estudos sobre homens e masculinidades partilharam um alinhamento teórico predominantemente moderno e são dominados pela perspectiva do construcionismo social, que dá destaque ao poder como estrutura social, constantemente criticada por ser opressora. Os especialistas que desenvolvem tais estudos argumentam que as identidades são formadas pelos efeitos estruturantes sociais do poder; contudo, eles destacam a variabilidade e a complexidade sociais histórica e culturalmente específicas de sujeitos relativamente unificados em vez de enfatizar a fluidez virtualmente ilimitada *per se*, como pensadores pós-modernos mostram-se mais inclinados a fazer. A manutenção de modos de teorização do Construcionismo Social nos estudos sobre homens e masculinidades é evidente no trabalho de CONNELL¹⁰, cuja contribuição ao subcampo é frequentemente reconhecida como central. CONNELL concebe o poder como estrutural e macro-opressor – o patriarcado –, impondo sobre os sujeitos

9 NAGEL, 1998, pp. 245-251.

10 CONNELL, 1995.

a produção de uma pirâmide hierárquica de identidades de grupo masculinas, que reflete de forma semelhante o arranjo hierárquico dos grupos de classe na obra de Karl Marx. Essas identidades de grupo masculinas – como as hegemônicas e as subordinadas – são construídas em termos amplamente homogêneos e são tipicamente ainda mais homogeneizadas por uma redução a grupos específicos de indivíduos¹¹.

Em vez de trabalhar com a masculinidade reificada como objeto do conhecimento, CONNELL¹² trabalha com o estudo dos lugares e das práticas masculinas nas relações de gênero. É verdade que esses lugares podem ser simbolicamente construídos – como aponta a pesquisa sobre representação – e que essas práticas são organizadas transaccionalmente e no curso da vida – o foco da pesquisa sobre papéis sexuais e personalidade. Os principais tópicos dos estudos sobre homens e masculinidades são inclusos nessa concepção, mas eles somente podem ser entendidos em relação a um espectro maior de questões. A masculinidade como prática pessoal não pode ser isolada de seu contexto institucional. Instituições como o Estado, o mercado de trabalho e a família são de importância particular na organização contemporânea do gênero. Assim, não é possível falar sobre masculinidade e poder sem tratar da masculinização institucionalizada das elites estatais, a diferenciação de gênero de partes do aparato de Estado e a história das estratégias dos Estados pelo controle de população. A divisão de trabalho na produção, o caráter masculinizado da economia e os níveis de desigualdade de renda tornam impossível falar sobre masculinidade e trabalho como se eles fossem entidades de alguma forma separadas. Assim, a masculinidade é um aspecto das instituições e é produzida na vida institucional,

11 BEASLEY, 2013, pp. 114-117.

12 CONNELL, 1993, pp. 601-603.

da mesma forma em que é um aspecto de personalidade ou produzida em transações interpessoais. Além disso, as masculinidades como formas culturais não podem ser abstraídas das sexualidades, que são uma dimensão essencial da criação social do gênero. Como as relações de gênero produzem desigualdades em grande escala – na maioria das culturas contemporâneas, vantagens coletivas para indivíduos do sexo masculino e desvantagens para os do sexo feminino –, as masculinidades devem ser entendidas como políticas no sentido convencional de luta por recursos escassos, mobilização de poder e busca de táticas em nome de um interesse específico. Os interesses são constituídos nas relações de gênero por meio da desigualdade, não são homogêneos e são determinantes poderosos da ação social.

Nesse sentido, masculinidades diferentes surgem em relação a tal estrutura de interesses e incorporam diferentes compromissos, táticas ou estratégias. A masculinidade hegemônica no patriarcado pode ser entendida como aquela que incorpora uma estratégia bem sucedida para a subordinação feminina. Ademais, quando as condições históricas para o sucesso da estratégia mudam, a forma hegemônica de masculinidade é vulnerável às substituições por outras formas¹³. A masculinidade hegemônica foi compreendida como um padrão de práticas – não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade – que possibilitou que a dominação masculina continuasse. Ela não se assumiu normal num sentido estatístico, embora seja normativa ao incorporar a forma mais honrada do que é “ser homem”, exigir que todos os indivíduos se posicionem em relação a ela e legitimar ideologicamente a subordinação global feminina. Tal hegemonia não significa necessariamente violência, apesar de poder ser sustentada pela força. Ela aponta para

13 CONNELL, 1993, p. 603.

ascendência alcançada por meio da cultura, das instituições e da persuasão. Ademais, é possível conceber uma luta por hegemonia, de maneira que formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas¹⁴.

A heterossexualidade e a homofobia são os alicerces da masculinidade hegemônica, e qualquer entendimento de sua natureza e significado é baseado na perspectiva de que, em geral, a relação entre o gênero masculino e o feminino é opressora. Um elemento fundamental da masculinidade hegemônica é o fato de que indivíduos do sexo feminino existem como objetos sexuais potenciais para os de sexo masculino, enquanto os indivíduos de sexo masculino são negados como objetos sexuais para outros do mesmo sexo. Os indivíduos do sexo feminino oferecem validação sexual aos indivíduos heterossexuais do sexo masculino, que competem uns com os outros por isso. Cabe lembrar também que indivíduos do sexo feminino podem se sentir igualmente oprimidos por masculinidades não-hegemônicas ou mesmo considerar algumas expressões do modelo hegemônico mais familiares e administráveis. Sendo uma forma culturalmente idealizada, a masculinidade hegemônica é um projeto pessoal e coletivo, diferenciado interna e hierarquicamente e sustentado socialmente, além de incorporar as próprias críticas. Embora ela esteja centralmente conectada com as instituições da dominação masculina, nem todos os indivíduos do sexo masculino a praticam, embora a maior parte deles se beneficie disso. Embora ela atravesse classes sociais, ela em geral exclui a classe trabalhadora e os indivíduos negros do sexo masculino. Dentre os grupos mais ativos na sua formulação, cabe destacar a Nova Direita e o fascismo, que vigorosamente construíram modelos agressivos, dominantes e violentos de masculinidade. Dentre os agentes mais influentes, cabe

14 CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 832-833.

destacar líderes religiosos, jornalistas, publicitários, políticos, psiquiatras, artistas, acadêmicos e esportistas. Eles regulam e administram regimes de gênero, articulando experiências e perspectivas e interpretando as relações de gênero. Dizer que uma forma particular de masculinidade é hegemônica significa que essa exaltação estabiliza uma estrutura de dominação e opressão na ordem de gênero como um todo. Para ser culturalmente exaltado, o modelo de masculinidade deve ter exemplares que sejam celebrados. A diferença crucial entre a masculinidade hegemônica e outras masculinidades não é o controle sobre indivíduos do sexo feminino, mas o controle de outros indivíduos do sexo masculino¹⁵. Segundo DONALDSON¹⁶, a conformidade com as exigências da masculinidade hegemônica leva indivíduos heterossexuais do sexo masculino à homofobia e os premia por isso na forma de apoio social e redução da ansiedade em torno de sua própria “condição de homem”. A identidade masculina heterossexual é sustentada e afirmada pelo ódio e pelo medo em relação aos indivíduos homossexuais do sexo masculino. O autor entende que a homossexualidade masculina pode ser considerada contra-hegemônica, uma vez que a hostilidade à homossexualidade masculina é vista como fundamental para a heterossexualidade masculina; a homossexualidade masculina está associada à efeminação; e a forma de prazer masculino homossexual é considerada subversiva.

Diversos teóricos criticaram o conceito de masculinidade hegemônica a partir do próprio conceito subjacente de masculinidade, que, segundo tais críticos, essencializaria o caráter dos indivíduos de sexo masculino ou imporá uma unidade falsa a uma realidade fluida e contraditória. Porém, parece difícil aceitar tal crítica diante da multiplicidade das

15 DONALDSON, 1993.

16 DONALDSON, 1993.

construções sociais que especialistas têm documentado com o auxílio desse conceito. As masculinidades não são entidades fixas encarnadas nos corpos ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. Pode-se assim colocar que o conceito de masculinidade hegemônica pode ter aplicações inconsistentes, algumas vezes se referindo a um tipo fixo de masculinidade e, em outras ocasiões, ao tipo qualquer que seja dominante em um certo tempo e lugar específicos. Por isso, é desejável eliminar qualquer uso da masculinidade hegemônica como fixa ou um modelo trans-histórico, pois isso viola a historicidade do gênero e ignora a evidência das transformações nas definições sociais das masculinidades. Por outro lado, a ambiguidade em processos de gênero pode ser reconhecida como um mecanismo de hegemonia. As masculinidades hegemônicas podem expressar, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos e oferecer modelos de relações com indivíduos do sexo feminino e soluções aos problemas das relações de gênero. Tais modelos se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas e contribuem para a hegemonia na ordem de gênero¹⁷.

Há também a crítica de que o conceito de masculinidade hegemônica reduz, na prática, a uma reificação do poder ou a uma intoxicação de seu uso e constrói o poder masculino a partir da experiência direta feminina em vez da base estrutural da subordinação feminina. Devido ao fato de o conceito de masculinidade hegemônica ser baseado na prática que permite a continuidade da dominação coletiva

17 CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 832-839.

masculina, pode-se compreender por que, em alguns contextos, a masculinidade hegemônica realmente se refira ao engajamento dos indivíduos de sexo masculino a práticas tóxicas – incluindo a violência física – que estabilizam a dominação de gênero em um contexto particular. Entretanto, a violência e outras práticas nocivas não são sempre as características definidoras, uma vez que a hegemonia tem numerosas configurações. Seria difícil enxergar como o conceito de hegemonia seria relevante se as características do grupo dominante fossem apenas a violência, a agressão e o egocentrismo. Tais características talvez signifiquem dominação, mas raramente constituiriam hegemonia, uma ideia que embute certas noções de consenso e participação dos grupos subalternos. Ademais, pode-se também argumentar que o conceito de masculinidade hegemônica “enxerga” apenas a estrutura, tornando o sujeito invisível, e falha em especificar como e por que alguns indivíduos heterossexuais do sexo masculino legitimam, reproduzem e geram sua dominação e o fazem como uma minoria social em relação a indivíduos do sexo feminino e a outros indivíduos do sexo masculino. Entretanto, pode-se argumentar que o conceito homogeneiza o sujeito apenas se ele é reduzido a uma dimensão única das relações de gênero – usualmente o simbólico – e se ele é tratado como uma especificação da norma. Ao se reconhecerem a multidimensionalidade das relações de gênero e a ocorrência das tendências de crise nas relações de gênero, é impossível perceber o sujeito no seio dessas relações como unitário. Há também quem critique a tendência de se falar de apenas um padrão de masculinidade hegemônica. Todavia, devido ao fato de que toda etnografia descobre uma cultura de gênero distinta, de que todo estudo de histórias de vida desvela trajetórias únicas de vidas de indivíduos do sexo masculino e de que toda análise estrutural define novas interseções de

raça, classe, gênero e geração, é logicamente possível definir inúmeras variações da masculinidade¹⁸.

CONNELL & MESSERSCHMIDT¹⁹ ressaltam que o conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não-hegemônicas, e esse é um processo que agora tem sido documentado em muitos contextos em nível internacional. O consenso cultural, a centralidade discursiva, a institucionalização e a marginalização ou a deslegitimação de alternativas são características amplamente documentadas de masculinidades socialmente dominantes. A hegemonia opera em parte por meio da produção de exemplos de masculinidade, símbolos que têm autoridade, apesar do fato de a maioria dos indivíduos do sexo masculino não viver de acordo com eles. Tanto no nível local como nos níveis sociais mais amplos, as situações nas quais as masculinidades foram elaboradas mudam ao longo do tempo, o que pode suscitar novas estratégias nas relações de poder e redefinições da masculinidade socialmente valorizada. A crescente atenção dada à globalização e à significância das arenas aponta que, no mínimo, construções regionais e locais da masculinidade hegemônica são conjuradas pela articulação desses sistemas de gênero com processos globais. Assim, os autores sugerem que as masculinidades hegemônicas existentes empiricamente sejam analisadas em três níveis: a) local, construídas nas arenas da interação entre famílias, organizações e comunidades imediatas; b) regional, construídas no nível da cultura ou do Estado-nação; c) global, construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais. As ligações entre esses níveis não apenas existem, mas podem ser importantes nas políticas de gênero: instituições globais pressionam

18 CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 839-845.

19 CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 846-851.

ordens de gênero regionais e locais, ao passo que ordens de gênero regionais fornecem materiais culturais adotados ou retrabalhados em arenas globais e também modelos de masculinidade que podem ser importantes para as dinâmicas de gênero locais. A ação recíproca entre dinâmicas de gênero mais amplas é parte da explanação²⁰.

CONNELL aponta que a globalização, ao criar uma “ordem global de gênero”, envolve a rearticulação das masculinidades hegemônicas nacionais na arena global, em especial com relação à “masculinidade de negócios transnacionais”, uma ordem associada às instituições dominantes da economia mundial e à globalização da agenda de mercado neoliberal. A política mundial estaria agora mais organizada em torno das necessidades do capital transnacional, colocando poder estratégico nas mãos de grupos específicos de indivíduos do sexo masculino – como gerentes e empreendedores – que gerem seus corpos e emoções como também o dinheiro e se mostram crescentemente separados das antigas lealdades à nação, à família e aos parceiros. Além disso, eles seriam competitivos e distanciados de compromissos sociais e pessoais e incorporariam uma versão neoliberal da masculinidade tradicional, mas sem requisitos ligados, por exemplo, à força corporal. As noções de racionalidade e competitividade ocupam um papel central, bem como o individualismo liberal e a centralidade do mecanismo do mercado. Existem, entretanto, problemas com tal visão desenvolvida por CONNELL. Não fica claro por que a masculinidade dos negócios ocupa um status hegemônico mundial num mundo globalizado e por que outras masculinidades – como as militares e as políticas – são de menor relevância em seus papéis de legitimação e de mobilização. O foco de CONNELL

20 CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 846-851.

no papel hegemônico dos líderes do mundo empresarial parece ignorar abordagens que levam em conta o caráter múltiplo e mesmo contraditório da globalização. Em sua abordagem global e macro-histórica, a autora parece mais inclinada a assumir que a masculinidade – uma categoria de gênero – deve ser entendida pela sua constituição a partir das relações de classe. O gênero tende a ser subsumido na classe, como ocorre em análises marxistas mais tradicionais, e, da mesma forma, a classe se torna um canal para as relações entre indivíduos do sexo masculino, enquanto as contribuições dos indivíduos do sexo feminino na definição da história global parecem desaparecer. Um dos aspectos cruciais da expressão “masculinidade hegemônica” é o fato de permitir uma concepção gramsciana de poder que é mais multifacetada do que a simples coerção e inclui a coerção econômica. Ambas não devem ser igualadas somente a dominação econômica ou militar. Entretanto, CONNELL e diversos outros autores nos estudos sobre homens e masculinidades tenderam a cair em leituras economicistas mais limitadas sobre hegemonia ao lidarem com o nível global e pouco exploram o papel legitimador e mobilizador que constitui a autoridade hegemônica, confiando pesadamente na especificação do conteúdo das masculinidades que teriam um papel legitimador²¹.

Ademais, como apontam ELIAS & BEASLEY²², CONNELL parece, em diversos momentos, assumir como não-problemáticos argumentos que apontam para o declínio do Estado em face da globalização econômica, que promoveu transformações fundamentais como a expansão dos mercados mundiais, a reestruturação das economias locais sob a pressão da economia mundial e a criação de novas institui-

21 ELIAS; BEASLEY, 2009.

22 ELIAS; BEASLEY, 2009.

ções econômicas. Quando o Estado é discutido, o argumento em geral aponta que a influência corrosiva do capitalismo global estaria minando o poder dos Estados de implementar políticas orientadas para o bem-estar social que poderiam ter efeitos em termos da igualdade de gênero. Todavia, tal visão não reconhece o papel que os Estados tiveram na construção da atual fase do capitalismo global, em especial na desregulação das finanças e dos investimentos, que permitiu os fluxos transnacionais de capitais financeiros e industriais. Ela também parece, em diversos momentos, obscurecer o nível em que os Estados e as práticas de construção da nação são profundamente generificados.

3. Os estudos sobre homens e masculinidades e a história da política internacional

Os modelos de masculinidade familiares no discurso euro-americano não funcionam para realidades de gênero em outras culturas. Por exemplo, na cultura neoconfuciana chinesa, a atividade militar era depreciada, e o amor entre indivíduos do sexo masculino era visto de forma relativamente positiva, o que marca a clara diferença em relação à cultura europeia. Entretanto, os regimes de gênero em algumas culturas foram virtualmente obliterados pelo imperialismo, de forma que culturas sobreviventes tentaram se reconstruir em relação à dominação mundial euro-americana. As respostas variaram enormemente, desde a tentativa de dismantelar o patriarcado doméstico na China revolucionária até a intensificação do patriarcado islâmico em resposta ao colonialismo francês na Argélia. O imperialismo europeu e o capitalismo mundial contemporâneo são ordens sociais com uma dinâmica de gênero tão poderosa quanto a dinâmica de classes. Como os agentes da dominação global foram predomina-

temente indivíduos do sexo masculino, a análise histórica da masculinidade deve ser um tema no entendimento da ordem mundial contemporânea²³.

Entre 1450 e 1650, algumas mudanças na vida política e social europeia foram decisivas na construção dos regimes modernos de gênero. A ruptura da universalidade da Cristandade medieval com a Reforma Protestante e a disseminação da cultura renascentista abalaram os ideais religiosos das vidas dos indivíduos do sexo masculino. Por um lado, abriu-se caminho para uma ênfase crescente na vida conjugal e no casamento heterossexual como a forma hegemônica de sexualidade. Por outro lado, a nova ênfase na individualidade da expressão e nas relações não-mediadas de cada pessoa com Deus conduziram ao individualismo, que ofereceu as bases para os conceitos modernos de masculinidade. Ademais, a criação dos primeiros empreendimentos coloniais ultramarinos por Portugal e Espanha e depois Inglaterra, Holanda e França foi conducente a um crescimento da segregação, vista nas ocupações, por indivíduos do sexo masculino, de posições fundamentais na atividade militar e no comércio marítimo. Dentre os primeiros tipos culturais masculinos no sentido moderno, cabe destacar os conquistadores. Eles eram destacados das relações sociais costumeiras e em geral eram extremamente violentos e de difícil controle pelas autoridades coloniais. Uma consequência imediata foi o impacto sobre a ética da conquista, além de uma demanda pelo controle. É também importante citar o crescimento de cidades na Europa estimulado pelo capitalismo comercial, que criou um ambiente para a vida cotidiana que era mais anônimo e mais coerentemente regulado do que a zona rural. As condições modificadas da vida cotidiana possibilitaram um individualismo mais aprofundado. Em combinação com

23 CONNELL, 1993, pp. 603-607.

a Primeira Revolução Industrial e a acumulação de riqueza a partir do comércio, da escravidão e da exploração das colônias, uma ênfase numa racionalidade baseada nos cálculos começou a distinguir as masculinidades na subcultura do empreendedorismo do capitalismo inicial. Ao mesmo tempo, as cidades comerciais tornaram-se, no início do século XVIII, os ambientes para o desenvolvimento das primeiras subculturas sexuais, institucionalizando variações sobre os temas de gênero²⁴.

O desenvolvimento de guerras de grande escala na Europa – em especial as guerras de religião nos séculos XVI e XVII e as guerras dinásticas dos séculos XVII e XVIII – romperam profundamente as ordens de gênero estabelecidas. Uma medida dessa ruptura é o fato de que as lutas revolucionárias viram as primeiras asserções radicais de igualdade de gênero na história europeia. Ao mesmo tempo, o aparato de guerra consolidou uma forte estrutura estatal típica da sociedade euro-americana e provedora da institucionalização do poder masculino. Os Exércitos se tornaram partes cruciais do desenvolvimento do aparato de Estado, e os desempenhos militares tornaram-se questões inevitáveis na construção das masculinidades. Assim, é possível falar em uma ordem de gênero existente no século XVIII na qual a masculinidade como uma forma cultural havia sido produzida e era possível se definir uma forma hegemônica de masculinidade, aquela predominante nas vidas dos indivíduos do sexo masculino na gentry, a classe politicamente dominante na maior parte da Europa e da América do Norte. A revolução política, a industrialização e o crescimento do aparato burocrático do Estado permitiram a substituição da masculinidade da gentry por masculinidades mais racionais e reguladas, nas quais o burocrata e o empresário eram

24 CONNELL, 1993, pp. 607-608.

produzidos como tipos sociais²⁵. No contexto da Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 abriu o Estado aos cidadãos da nação de uma forma sem precedentes. Ainda que muitos indivíduos do sexo masculino permanecessem excluídos da apreciação total desses direitos, a presença ideológica disseminada e a realidade jurídica dos direitos políticos e cívicos permitiram a generalização da ideia do “cidadão-soldado”, a ideia de um cidadão determinado a lutar e se sacrificar pela comunidade política da qual é membro pleno²⁶.

A violência era gradativamente combinada a uma ênfase na racionalidade, como se vê na obra de Clausewitz, um dos reformadores do Exército prussiano. Numa tentativa de tornar o serviço nas Forças Armadas mais atraente e introduzir a flexibilidade e a mobilidade que tornaram as tropas francesas tão bem sucedidas durante a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, reformadores como Clausewitz buscaram modernizar as noções do que era ser soldado nas Forças Armadas prussianas. Havia também o reconhecimento por Clausewitz da crescente ligação entre o Estado e a Nação desde a Revolução Francesa. Cabe destacar que tal ligação se articulou em processos generificados. A masculinidade foi mobilizada em vários projetos políticos e militares que buscavam construir a nação moderna e abrir as instituições do Estado e da vida política a essa nova entidade coletiva. Os cidadãos amantes da pátria que exigiam ser representados no governo; a evocação da categoria da “nação” como a fonte única e suprema da soberania política; a nação clamando o direito de autodeterminação; os exércitos nacionais criados para defender a nação contra adversários foram todas invenções centrais à ascensão da modernidade

25 CONNELL, 1993, pp. 608-609.

26 DUDINK; HAGEMANN, 2004, p. 12.

política e definidas a partir de elementos que incluíam a masculinidade. Se a luta por autonomia do cidadão, do povo ou da nação foi o que conectou essas invenções, a masculinidade era a imagem evocada na articulação dessa reivindicação²⁷.

Gradativamente, a violência era burocraticamente racionalizada como uma técnica social, bem como a superioridade dos armamentos que tornou os Estados europeus ainda mais poderosos na expansão imperialista do século XIX. As administrações coloniais em geral questionavam a masculinidade dos colonizados: enquanto alguns indivíduos nativos do sexo masculino eram concebidos como fracos e efeminados, outros eram vistos como hipermasculinos por serem violentos e incontroláveis. Em muitas situações coloniais, os indivíduos do sexo masculino colonizados eram chamados de “garotos” pelos colonizadores. Conforme o ideal hegemônico era criado, ele era constituído em contraste com outros indivíduos cujas masculinidades eram problematizadas e desvalorizadas. Masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas emergiam em interação mútua, mas desigual numa ordem socioeconômica e política generificada²⁸.

Nos EUA, a interseção de política e guerra durante a Revolução Americana produziu e foi produzida por uma série de masculinidades. A masculinidade republicana das milícias centrou-se em torno da masculinidade da independência que conectava o cidadão comum às atividades coletivas da política e da guerra. A independência do cidadão era garantida pela sua propriedade da terra, e sua independência garantia a independência das milícias, e essas, em troca, lutavam pela liberdade e pela independência da república sozinhas, sem obedecerem a tiranos corruptos. Assim, uma independência máscula estava no centro do universo republi-

27 DUDINK; HAGEMANN, 2004, pp. 4-6.

28 KIMMEL, 2001, pp. 24-25.

cano, que não reconhecia fronteiras rígidas entre as virtudes individuais e as coletivas²⁹. A masculinidade esteve na base de projetos como o “Destino Manifesto”, que justificou e apoiou a expansão para o oeste, e a Doutrina Monroe, que justificou e ampliou a esfera de influência dos EUA para todo o hemisfério ocidental. Posteriormente, as ligações entre a masculinidade e o imperialismo dos EUA ficam claras nos escritos e nas declarações do presidente Theodore Roosevelt, que refletia uma concepção de masculinidade imperialista racializada, em que indivíduos do sexo masculino brancos, “civilizados” e “aventureiros” domavam ou derrotavam outros indivíduos vistos como “selvagens” ou “inferiores”, como os índios norte-americanos, os africanos, os hispânicos ou os filipinos. Fosse para conquistar a fronteira norte-americana ou “proteger” o hemisfério ocidental do colonialismo europeu, a masculinidade dependia de um nacionalismo militarista e chauvinista. Dada a forte associação entre as ideologias dos séculos XIX e XX baseadas na masculinidade, no imperialismo, no militarismo e no nacionalismo, não é surpreendente que todos tenham definido aspectos importantes da estrutura e da cultura das nações e dos Estados no sistema internacional contemporâneo. Há, assim, uma íntima conexão histórica entre as condições de homem e de nação por meio da construção de uma “masculinidade patriótica”, da designação de espaços generificados na política nacional, da dominação dos interesses e das ideologias masculinas nos movimentos nacionalistas e da construção de um militarismo sexualizado que incluiu a construção de inimigos do sexo masculino como estupradores ou covardes e as do sexo feminino como promíscuas. Além disso, nos níveis nacional e internacional, instituições como o movimento olímpico internacional e as fraternidades incorporavam

29 DUDINK; HAGEMANN, 2004, pp. 4-6.

códigos de conduta masculinos, que destacavam uma série de “virtudes” como a determinação, a honra, a coragem, a disciplina, a competitividade, a persistência, a aventura, a independência, a virilidade sexual e a dignidade³⁰.

A politização do aparato de guerra desde o fim do século XVIII – que transformou a nação como um todo em um recurso militar – foi um dos aspectos da revolução militar ocorrida de 1914 a 1945. Outro foram as inovações tecnológicas que industrializaram o poder de fogo e tornaram o campo de batalha ainda mais destrutivo do que antes. O encontro dessas tendências desestabilizou os estereótipos de masculinidade que tiveram papel importante na mobilização das populações para a guerra em 1914³¹. Na primeira metade do século XX, a violência quase levou à destruição da sociedade que a mantinha. Os movimentos fascistas glorificavam a irracionalidade e a violência irrestrita dos soldados na linha de frente, que levou a uma guerra mundial nova e devastadora. A derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial interrompeu a institucionalização de uma masculinidade hegemônica caracterizada pela irracionalidade e pela violência pessoal, mas certamente não colocou fim à institucionalização burocrática da violência, uma vez que as forças armadas dos EUA e da URSS durante a Guerra Fria continuavam a crescer em sua capacidade de destruição, e exércitos menos tecnicamente avançados continuavam centrais para a política de seus Estados respectivos na Ásia, na África e na América Latina. O crescimento da capacidade destrutiva por meio da aplicação da ciência ao desenvolvimento de armas deu um novo significado ao conhecimento técnico. Esse desenvolvimento se deu paralelamente na dimensão econômica. O enorme crescimento de sistemas

30 NAGEL, 1998, pp. 242-251.

31 HORNE, 2004, p. 32.

escolares e universitários durante o século XX, o crescimento de ocupações profissionais que exigem conhecimento especializado, o aumento da significação política da tecnologia e o crescimento dos setores de informação são aspectos de uma mudança em grande escala nos sistemas de cultura e de produção que viu mais uma ruptura com a masculinidade hegemônica do século XIX. A masculinidade organizada em torno da dominação foi crescentemente incompatível com a masculinidade organizada em torno do conhecimento técnico. Desenvolveram-se divisões nas classes dominantes entre aqueles que buscavam estratégias coercitivas em relação aos trabalhadores e aqueles que dependiam do sucesso tecnológico e do crescimento econômico para permitir estratégias integrativas³².

As masculinidades hegemônicas das classes dominantes em Estados dominantes no sistema internacional existiam em tensão com as masculinidades hegemônicas das classes e raças subordinadas, as masculinidades subordinadas de sua própria classe e raça e os modelos de masculinidade correntes em outras partes do mundo. A substituição histórica da gentry pelos empresários e burocratas em Estados centrais esteve amplamente ligada à transformação de camponeses em classes trabalhadoras e à criação das masculinidades hegemônicas da classe trabalhadora como formas culturais. A separação do lar e do local de trabalho no sistema fabril, a dominação da forma salarial e o desenvolvimento industrial foram condições para a emergência de formas de masculinidade organizadas em torno da capacidade de ganho salarial, habilidade e permanência no trabalho, patriarcado doméstico e solidariedade combativa entre os assalariados. A expulsão de indivíduos do sexo feminino de setores como extração de carvão, imprensa e siderurgia foi um momento central na

32 CONNELL, 1993, pp. 609-610.

formação de tais masculinidades. O poder crescente da força de trabalho organizada nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi uma das principais pressões sobre as masculinidades das classes dominantes e levou à divisão entre alternativas políticas fascistas, liberais e conservadoras, dentre outras. Na mesma época, a masculinidade da classe dominante era expurgada em termos de identidade e escolha de objetos. O fim do século XIX foi o momento em que o homossexual como um tipo social foi construído primordialmente por meio do poder da Medicina e do Direito. Até então, a sodomia era oficialmente vista como um ato, sendo que o potencial para tal ato existia em qualquer indivíduo do sexo masculino que desse espaço à libertinagem. Do ponto de vista da masculinidade hegemônica, tal mudança significava que o potencial para o prazer homoerótico era expulso e localizado em um grupo desviante, simbolicamente associado aos indivíduos do sexo feminino e às aberrações. A heterossexualidade tornou-se uma conotação requerida para a condição de homem. A contradição entre essa definição e as condições reais da vida emocional entre indivíduos do sexo masculino em grupos militares e paramilitares chegou a um nível de crise com o fascismo³³.

Nas colônias onde as populações locais tornaram-se uma força de trabalho subordinada, a situação era complexa. O machismo na América Latina foi um produto do intercuro de culturas sob o colonialismo. O Catolicismo espanhol oferecia a ideologia de abnegação feminina³⁴. A masculinidade do europeu alimentava a violência na atividade colonizadora e oferecia sustentação à ideia de superioridade militar do colonizador, que concebia os nativos como fracos e incapazes. O desenvolvimento de um aparato de produção econômica

33 CONNELL, 1993, pp. 610-611.

34 CONNELL, 1993, pp. 611-612.

voltado para atender às necessidades metropolitanas – visto pelo colonizador como mais dinâmico e forte que o local – conduziu à gradativa desorganização da produção ameríndia, enquanto o controle da sexualidade dos indivíduos do sexo feminino pelo Estado e pela Igreja construía um tecido social colonial que criava condições de possibilidade para o fortalecimento do domínio masculino sobre a sociedade, particularmente no que dizia respeito ao direcionamento moral e religioso nas relações entre indivíduos dos sexos masculino e feminino e à associação dessas normas sociais com as assimetrias sociopolíticas em múltiplas áreas entre os colonizadores e os ameríndios. Naquela organização social, tais nativos eram submetidos a trabalhos forçados, enquanto as indígenas exerciam diversos serviços pessoais – inclusive sexuais – aos colonizadores³⁵. O empreendimento que resulta da interseção da masculinidade dominante do colonizador europeu com as ideias de superioridade racial e as assimetrias de classe social conduziu, como lembra STOLCKE³⁶, a novos sistemas de identificação social no mundo colonial.

Na África, as masculinidades diferiram consideravelmente entre as zonas rurais e urbanas e entre as etnicidades e também se transformaram bastante ao longo do tempo. O Islã e a Cristandade definiram versões de masculinidade na África, bem como as influências da época colonial. Os modelos de masculinidade que existem em sociedades colonizadas são frequentemente baseadas em tendências heterossexuais e etnocêntricas. É possível identificar no continente, mesmo com toda a diversidade apontada anteriormente, alguns requisitos centrais para a masculinidade, como a conquista de algum nível de independência financeira com o emprego e o começo de uma família. Em diversos Estados africanos, o ca-

35 STOLCKE, 2006.

36 STOLCKE, 2006.

samento também é considerado um aspecto importante. Tais padrões são reiterados por indivíduos dos sexos masculino e feminino e até mesmo pelos próprios Estados; entretanto, esses objetivos são em geral dificilmente atingíveis em sociedades africanas, mesmo em épocas de paz. A frustração por não os atingir algumas vezes precipitou a violência. As normas rígidas e em geral inalcançáveis de gênero para os indivíduos do sexo masculino são responsáveis em parte pelos conflitos, que tendem a disseminar normas e comportamentos “hipermasculinos”, como o uso da violência e a dominação sexual dos indivíduos do sexo feminino por múltiplos mecanismos. Durante conflitos na África, os indivíduos do sexo masculino – em geral os mais jovens – são frequentemente associados a combatentes e perpetradores da violência, mas a diversidade de experiências durante os conflitos vai além dessas. Eles podem lutar como membros de exércitos estatais ou grupos insurgentes e perpetrar comportamento brutal ou violência sexual contra indivíduos do sexo feminino e também do masculino voluntariamente, mas muitos sequer estão envolvidos na violência armada. Vários são civis que podem ter sido desalojados pela violência ou foram vítimas dela, que podem ter presenciado a violência contra membros de suas famílias ou que podem ter sido coagidos a perpetrar a violência sexual, além de que podem ser alvos diretos da violência sexual também. Tais experiências podem frustrar o sentido de masculinidade e inclusive contribuir para a transmissão do HIV / AIDS³⁷.

As mudanças contemporâneas na masculinidade não têm a ver com uma atenuação ou um endurecimento de um papel sexual unitário, mas como um campo de mudanças institucionais e interpessoais por meio das quais um esforço multilateral por hegemonia nas relações de gênero e vanta-

37 PORTER, 2013, pp. 489-492.

gens em outras estruturas é buscado. Em Estados desenvolvidos, desenvolvem-se desafios abertos ao poder masculino na forma do feminismo e à sexualidade institucionalizada na forma de movimentos LGBT. Porém, a presença desses movimentos não deve ser confundida com o poder de operação que conquistaram, que, em geral, ainda é pequeno. Tais mudanças estão se desenvolvendo num contexto de mudança tecnológica e reestruturação econômica, globalização das relações de mercado e da comunicação comercial em massa e ampliação das desigualdades na distribuição da riqueza. Os princípios da igualdade de oportunidade são aceitos como ideias para uma gestão eficiente, mas pouca verba é dedicada à ação afirmativa para que a igualdade de oportunidade opere como um veículo de mudança social. A pesquisa e as verbas para treinamento são colocadas em áreas de emprego de indivíduos do sexo masculino por causa da necessidade percebida de tornar o Estado mais competitivo nos mercados internacionais³⁸.

4. Os estudos sobre homens e masculinidades e a segurança internacional

A guerra provoca mortes e mutilações; desalojamento de pessoas e perda das condições de sobrevivência e de moradia; a destruição de estruturas e infraestruturas; o empobrecimento das economias reais e a brutalização e o trauma de indivíduos e sociedades. Assim contradiz as normas éticas das sociedades modernas e democráticas por ser coercitiva de forma violenta, e os direitos humanos são em geral deixados de lado pelas leis da guerra, que sancionam a eliminação de combatentes. Essas leis são tão flexivelmente interpretadas e aplicadas, que o dano colateral que a guerra impõe a civis e

38 CONNELL, 1993, pp. 612-615.

suas propriedades é justificado. Cabe então questionar o que permite que a guerra ainda seja representada como gloriosa e aceita na maior parte das sociedades. Enquanto a tragédia da guerra é reconhecida, os combatentes são lembrados, tanto os líderes vitoriosos como os soldados mortos e mutilados. Dentre os aspectos centrais da masculinidade, cabe citar a determinação e a capacidade de dominação especialmente – mas não somente – física; assim, a guerra cria divisões entre vencedores e perdedores, “homens” e “garotos”. Os “heróis” são os vencedores do sexo masculino, uma vez que, ao trazerem a vitória, garantem as posições dominantes de líderes, monarcas e chefes de Estado. As relações hierárquicas são essenciais ao patriarcado, e o poder da violência física é frequentemente usado desde as formas mais típicas doméstica e socialmente – como a violência de gangues em centros urbanos – até ataques contra indivíduos do sexo masculino mais fracos e do sexo feminino em atos de violência de grande escala por um Estado. O estupro pode ser usado como um instrumento de guerra por ser um significado da potência e da dominação masculinas não somente sobre indivíduos do sexo feminino, mas os do sexo masculino associados a elas. Os líderes de Estados também buscaram estabelecer sua reputação ou minimizar as pressões políticas ao iniciarem ou se juntarem a uma guerra. Quando indivíduos do sexo feminino entram em espaços tradicionalmente reservados aos do sexo masculino, os primeiros se colocam dentro do paradigma masculino – caracterizado por coragem, habilidade e determinação – e devem desempenhar seus papéis de acordo com esse paradigma. Em algumas situações, podem modificar a forma pela qual o papel é normalmente desempenhado, mas em geral há pouco ou nenhum espaço para tal. Ademais, os soldados do sexo masculino são brutalizados em ritos de iniciação e treinamento militar a fim de

desempenharem os papéis que lhes foram designados. Por conta de sua brutalidade excessiva, o aparato de guerra pode trazer danos psicológicos imensos aos combatentes, como traumas e suicídios após o combate. Além disso, respostas violentas à injustiça social também nascem de uma cultura que representa o poder armado como a forma proeminente de poder, relegando-se muitas vezes em segundo plano o poder da cooperação e a força da persuasão³⁹.

A ideia de que os indivíduos do sexo masculino tiram a vida enquanto os do sexo feminino a dão reifica as diferenciações entre esses pares e, no aparato de guerra moderno, reforçou as masculinidades dos soldados e a exclusão de indivíduos do sexo feminino da situação de combate. A guerra é concebida, assim, como uma expressão completa da “agressão natural do homem”, bem como da sua urgência em proteger seu Estado e suas “mulheres”⁴⁰. Nos Estados-nação modernos, as Forças Armadas são concebidas como “escolas para a nação” que criam um ideal de “masculinidade nacional”. A dureza e o sacrifício são incorporados pelos militares do sexo masculino, de forma a fazer com que os ideais masculinos hegemônicos de coragem e bravura tornem-se o conteúdo do caráter do “cidadão-soldado”, defendam-se as honras pessoal e patriótica a fim de se evitar a vergonha e se criem narrativas culturais e pessoais de incorporação de masculinidades militares pautadas na força nacional e na determinação⁴¹. Além de o serviço militar servir como um rito de passagem para que “meninos” se tornem “homens” ao longo da era moderna, o treinamento envolve a modelagem física e social do corpo do indivíduo do sexo masculino, disciplinando-o, definindo seu estilo de masculinidade e seus

39 FRANCIS, 2013, pp. 234-238.

40 HOOPER, 2001, pp. 81-83.

41 NYE, 2007, pp. 421-423.

contornos físicos e ampliando a regulação sobre ele ao torná-lo “economicamente eficiente” e promover o autocontrole emocional⁴². O corpo e os acessórios relacionados ao universo militar – como uniformes concebidos como extensões do “corpo militarizado” e armas que trazem a idealização simbólica e real da agressão – representam regiões em que as identidades masculinas – especialmente as hegemônicas – são praticadas e construídas nessa instituição⁴³.

Termos como honra, patriotismo, bravura e dever aparecem conectados não somente às masculinidades, como também à nação. As microculturas de masculinidade na vida cotidiana se articulam às demandas do nacionalismo, em especial seu lado mais militarista. O medo de acusações de covardia e o desejo de aventura funcionaram como atrativos que levaram os indivíduos do sexo masculino ao patriotismo, ao nacionalismo e ao militarismo. Nesse contexto, os indivíduos do sexo feminino tendem a participar em processos étnicos, nacionais e estatais como produtoras biológicas de membros de coletividades étnicas; reprodutoras de fronteiras normativas de grupos étnicos e nacionais ao colocarem em prática o comportamento feminino adequado; participantes na reprodução ideológica da coletividade e transmissoras de sua cultura; marcadoras das diferenças étnicas e nacionais; e participantes nos esforços nacionais econômicos, políticos e militares⁴⁴.

De acordo com HINOJOSA⁴⁵, muitos indivíduos do sexo masculino aderem ao serviço militar por conta do histórico familiar e das considerações econômicas. Além disso, o serviço militar permite o acesso a recursos materiais impor-

42 HOOPER, 2001, pp. 81-83.

43 MANKAYI, 2008, p. 24.

44 NAGEL, 1998, pp. 250-253.

45 HINOJOSA, 2010, pp. 179-181.

tantes à masculinidade hegemônica, como a segurança econômica e corpos fisicamente definidos e capazes oferecidos pelo treinamento. Como as identidades como as masculinidades são construídas a partir de interação entre recursos materiais e simbólicos disponíveis, as Forças Armadas tornam alguns desses recursos institucionalmente disponíveis no que diz respeito à construção de masculinidades hegemônicas, atribuindo juridicamente a tais indivíduos o direito de usar a força letal para a manutenção da dominação política e física de outros indivíduos e Estados. Como MANKAYI^{46 47 48} argumenta, a não-conformidade ao físico ideal masculino é apresentada como superável, uma vez que o indivíduo do sexo masculino se torne um soldado. Num momento em que os termos da masculinidade requerem que os indivíduos do sexo masculino tenham um nível elevado de força muscular, o treinamento físico promovido pelo aparato militar pode permitir que eles sejam fisicamente definidos. Ademais, o aparato militar incorpora um código de honra que define uma série de virtudes supostamente masculinas, como a bravura, o risco, a honra, a coragem, o espírito aventureiro e o heroísmo, e reflete ideais masculinos no Ocidente, como a liberdade e a fraternidade. Na construção da “maturidade emocional” dos membros das Forças Armadas, a admissão da vulnerabilidade emocional não é tolerada em face de seu potencial de ameaça ao moral militar. Assim, o corpo do indivíduo do sexo masculino é concebido como “seco”, “limpo”, “ereto” e “rijo”, mas sempre sujeito à contaminação pela “sujeira” dos indivíduos do sexo feminino, cujos corpos são tratados como “abertos”, “selvagens”, “promíscuos” e ameaçadores da “integridade masculina” em face do desejo

46 MANKAYI, 2008, pp. 24-25.

47 MANKAYI, 2008, p. 32.

48 MANKAYI, 2008, pp. 39-40.

que provoca no soldado heterossexual do sexo masculino. Nesse sentido, a violência física contra indivíduos do sexo feminino tornou-se parte integral da constituição do modelo hegemônico de masculinidade do corpo militar de diversos Estados ao longo da história. Além disso, os “homens que não lutam” são depreciados por não correrem alto risco de morte ou de prejuízo físico, e as próprias políticas de recrutamento ajudaram a definir modelos hegemônicos e subordinados de masculinidade. Em diversos Estados, grupos subordinados étnica ou religiosamente e/ou homossexuais do sexo masculino foram barrados do serviço militar ou foram limitados a papéis restritos com base em ideologias de “segurança nacional”, num contexto em que os direitos plenos à cidadania foram conferidos apenas àqueles que participam da defesa do Estado⁴⁹.

Como argumentam BRITTON & WILLIAMS⁵⁰ ao examinarem especificamente a situação com relação aos homossexuais do sexo masculino nas Forças Armadas dos EUA na década de 1990, a presença de gays é percebida por setores militares mais conservadores como uma ameaça ao desempenho efetivo individual e coletivo. Na visão de tais setores, homossexuais seriam alvos de assédio pelos soldados heterossexuais e não imporiam respeito se estivessem em posições de comando. O preconceito social ofereceria sustentação a essa posição: sob tal perspectiva, a marginalização de homossexuais nas Forças Armadas devia-se à necessidade de não “ofender” a população, que vê a homossexualidade de forma negativa. De forma ainda mais densa, BRITTON & WILLIAMS⁵¹ defendem que a resistência à maior participação de homossexuais de ambos os sexos reflete o privilégio

49 HOOPER, 2001, pp. 81-84.

50 BRITTON; WILLIAMS, 1995, pp. 2-5.

51 BRITTON; WILLIAMS 1995, p. 2.

institucional da heterossexualidade dos indivíduos do sexo masculino nas Forças Armadas, cujas regras se assentam no apoio à família tradicional e no desenvolvimento de uma “heterossexualidade compulsória” por meio da força, sanções e controle da consciência.⁵² Na prática, a exclusão ou a marginalização de homossexuais do sexo masculino no contexto de consolidação das masculinidades hegemônicas nos meios militares visava à supressão de elementos homoeróticos nos vínculos de amizade, camaradagem e solidariedade entre os soldados – concebidos como essenciais a fim de se evitarem disputas internas entre as unidades das Forças Armadas – e outros fatores altamente sexualizados da vida militar⁵³.

As evidências do envolvimento de militares na exploração sexual e na agressão contra civis em operações de paz levaram muitos a questionar a adequação de usar soldados para criar a paz, uma vez que tais problemas pareciam advir de uma forma particular de masculinidade hegemônica nas Forças Armadas ocidentais, associada à força, à dureza e à heterossexualidade agressiva. Entretanto, as masculinidades são múltiplas, dinâmicas e contraditórias. Como elas são construídas em relação a contextos em que os indivíduos se encontram, o envolvimento nas operações de paz pode ter um papel na construção de masculinidades militares alternativas. Nessas operações, os soldados experimentam uma tensão entre o desejo de fazerem o que aprenderam para serem mais efetivos na conquista da paz e o desejo – ou a exigência – de serem másculos. Essa tensão pode ser vista quando as práticas de manutenção e construção da paz são concebidas como inferiores, frustrantes e menos másculas do que o empreendimento da batalha. Ela também aparece diante de inúmeras tentativas de se associarem as opera-

52 BRITTON; WILLIAMS 1995, pp. 11-15.

53 BRITTON; WILLIAMS, 1995, pp. 11-15.

ções de paz a um contexto de comportamento masculino ao se argumentar que a manutenção e a construção da paz são mais duras, perigosas e desafiadoras que a guerra. Tal associação também pode ser vista na ligação da masculinidade aos princípios centrais da manutenção da paz – a imparcialidade e a habilidade de controlar o uso da força – e na conexão das práticas cotidianas da manutenção da paz com o exercício mais efetivo do papel do soldado. Todavia, a masculinidade do soldado envolvido nas operações de paz ainda se baseia na oposição à feminilidade e a outras masculinidades, especialmente as racializadas. Muitos desses soldados também constroem sua masculinidade em oposição a grupos diferentes de indivíduos do sexo masculino, como políticos, jornalistas, membros de ONGs e soldados e comandantes locais, esses dois últimos muitas vezes concebidos como “hipermasculinos”, mas instáveis, de forma que sempre parecem “correr o risco” de entrar em colapso por demonstrarem traços supostamente femininos como a fraqueza, a irracionalidade e a emoção. Já a masculinidade do peacekeeper pode ser construída como controlada e disciplinada, sendo colocada como uma forma ideal de ser soldado e homem. Além disso, ela está ligada a valores como a democracia, o humanitarismo e a conquista da paz, que continuam a sustentar uma lógica imperialista na qual as comunidades locais são concebidas como primitivas ou irracionais e a legitimar a intervenção⁵⁴⁵⁵.

Porém, DUNCANSON⁵⁶ sugere que essa não é a única forma em que a masculinidade do peacekeeper pode ser vista. Ela pode ser parte da definição de “Forças Armadas regenerificadas”, que podem ser um componente necessário da

54 DUNCANSON, 2009, p. 63.

55 DUNCANSON, 2009, pp. 69-76.

56 DUNCANSON, 2009, pp. 72-76.

resolução de conflitos bem sucedida. Soldados que colocam a negociação da paz e a reconstrução de instituições como “masculinas” não apenas não priorizam o combate, como desafiam construções de gênero tradicionais. Eles desafiam os privilégios do masculino sobre o feminino e a associação da masculinidade com a guerra e da feminilidade com a paz. Porém, o status dessa masculinidade pode ser abalado com os desenvolvimentos posteriores aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e do envolvimento de tropas em operações complexas no Afeganistão e no Iraque, em que os soldados devem não só criar paz e segurança, mas usar suas habilidades de combate. O envolvimento de membros dos Exércitos de grandes potências em abusos a civis iraquianos, por exemplo, sugere que os soldados podem não estar lidando bem com essas tensões. Fica também claro que o modelo tradicional de masculinidade não é suficiente para lidar com as demandas complexas desse tipo de operação.

Estudar as Forças Armadas a partir do ponto de vista de grupos marginalizados pode revelar não somente concepções contra-hegemônicas de masculinidade e Estado, mas relações tensas e contraditórias entre as Forças Armadas, o Estado e a masculinidade. Quando a etnicidade e a classe são levadas em conta, os princípios que orientam as relações entre essas três instituições sociais mostram-se mais complexos do que a literatura frequentemente desenvolve. Indivíduos jovens do sexo masculino e de classes mais baixas são recrutados pelas Forças Armadas, mas podem ser posicionados em ocupações de pouco prestígio. O Estado garante a lealdade e a identificação dos soldados, enquanto, ao mesmo tempo, mantém sua marginalização dentro das Forças Armadas. Assim, a reação dos soldados em posições inferiores pode ser ambivalente, demonstrando resistência e comprometimento ao mesmo tempo. Soldados que não lutam nas frentes

de batalha e trabalham em tarefas administrativas muitas vezes demonstram identidades nacionais e de gênero que não estão ancoradas na vida militar, expressas na resistência à disciplina e à autoridade militar e na ênfase no papel de provedor em vez de soldado. Eles aceitam o domínio da “masculinidade combatente”, mas, ao mesmo tempo, encontram âncoras alternativas para sua própria masculinidade, que enfatiza a autonomia, a independência e a responsabilidade com o lar e a família. Assim, tal masculinidade reduz o papel das Forças Armadas na construção da identidade de gênero e mostra que a ligação entre as Forças Armadas e a masculinidade nem sempre é funcional e harmoniosa. Estudando-se, por exemplo, o caso de soldados israelenses nessa condição, vê-se que a concepção de cidadania mantida por eles enfatiza um elemento etnonacional militante, o que acaba por limitar seu potencial subversivo dentro das Forças Armadas em prol do trabalho para o enfrentamento aos inimigos nacionais. A discrepância entre suas práticas antimilitaristas e seu patriotismo militante reflete sua localização sociopolítica ambivalente na sociedade israelense⁵⁷⁵⁸.

O fundamentalismo religioso e o nacionalismo étnico usam os símbolos culturais locais para expressar a resistência regional à incorporação. Essas expressões religiosas e étnicas em geral incluem uma ressurgência virulenta do patriarcado doméstico, como na misoginia militante do Irã e do Afeganistão; a problematização das masculinidades globais ou vizinhas, como na antiga Iugoslávia; e os esforços simbólicos abertos para se desenvolver uma masculinidade em linhas religiosas ou étnicas às quais outros não tenham acesso e que restabeleça a condição de homem a antigos privilegiados, como as milícias brancas e os racistas skinheads na Europa.

57 SASSON-LEVY, 2003, pp. 319-320.

58 SASSON-LEVY, 2003, pp. 339-341.

Assim, o gênero também pode se tornar um dos principais elementos organizadores da resistência local, regional e nacional à globalização, seja expresso em termos religiosos, seculares, nacionais ou étnicos. Esforços que clamam por autonomia econômica, restabelecimento do controle político e a recuperação de arranjos domésticos tradicionais tomam o perfil de restabelecimento da masculinidade⁵⁹.

Outros autores sugerem formas alternativas de se pensar a relação entre masculinidade e violência. KIRBY & HENRY⁶⁰, por exemplo, desafiam a conexão tradicional entre masculinidade e violência ao apontarem que a atuação de organizações guerrilheiras desfez identidades pré-existentes, permitindo que combatentes do sexo feminino ganhassem status heroico e liderança em geral reservados aos indivíduos do sexo masculino e revalorizando atividades e emoções comumente designadas como “femininas” – como o ato de cozinhar ou a ternura –, de forma que guerrilheiros do sexo masculino as abraçaram. Apenas no período posterior à guerra, as normas de gênero voltaram aos padrões antigos. Fatores não diretamente conectados a gênero, como visão política e dinâmica de classe, podem ter um impacto relevante sobre as ideias de uma identidade de gênero apropriada, como, por exemplo, quando as condições particulares para a contratação de empresas militares privadas contribuem para o *status* do “fratriarcado” como dinâmica no desenvolvimento da violência. Assim, as masculinidades podem ter interseções com a violência, mas nem sempre de forma previsível: a masculinidade e o conflito podem estar conectados porque a primeira pode promover ou limitar o último.

59 KIMMEL, 2001, p. 26.

60 KIRBY; HENRY, 2012, pp. 446-447.

Numa perspectiva ainda mais crítica, VÄYRYNEN^{61,62} argumenta que imaginar o Estado-nação inclui apropriar corpos como objetos sobre os quais o desejo de unidade e identidade nacionais é brutalmente inscrito. A apropriação dos corpos masculinos é, em geral, acompanhada de formas hegemônicas de masculinidades que são constitutivas da identidade nacional. A retórica dos momentos de guerra – tanto verbal como visual – valida corpos masculinos e masculinidades a partir da referência ao sacrifício supremo dos indivíduos do sexo masculino pela sua nação. Corpos masculinos que estão defendendo a nação, a liberdade e a honra são codificados para incorporar as virtudes masculinas fundamentais de coragem, disciplina, competitividade, virilidade, dignidade e força. O corpo masculino treinado, poderoso e invulnerável evoca ideais de sacrifício, e, em tempos de crise, essa masculinidade dominante provavelmente se tornará uma metáfora para a comunidade política como um todo e será expressa em formas altamente idealizadas, de forma a se estabelecerem laços entre a ideologia nacionalista, o corpo e as formas hegemônicas de masculinidade. O poder disciplinar dos Estados-nação governamentalmente define e categoriza os corpos masculinos ao codificar alguns corpos e suas masculinidades como superiores a corpos “falhos” ou “desviantes” e suas masculinidades. Porém, tal trabalho de apropriação nunca é completo e pode ser interrompido. Em contextos sociais pós-conflito, os corpos masculinos são apropriados, e o nacionalismo pós-conflito é inscrito neles. Formas hegemônicas de masculinidades são produzidas com a finalidade de “curar” a nação após o trauma da guerra. Entretanto, tal processo de apropriação pode ser interrom-

61 VÄYRYNEN, 2013, pp. 137-140.

62 VÄYRYNEN, 2013, p. 147.

vido, e masculinidades alternativas podem ser produzidas nas artes visuais⁶³, que podem permitir novas formas de se pensar o sujeito.

A masculinidade em contextos pós-conflito mereceu estudos baseados em diversas perspectivas teóricas. Segundo PORTER⁶⁴, após a ocorrência de conflitos, indivíduos do sexo masculino – e também do feminino – deparam-se com os desafios de construção da paz que podem incluir reconstrução de infraestrutura física e humana; desarmamento, desmobilização e reintegração; reconciliação entre comunidades e indivíduos; escassez de serviços sociais; retorno de refugiados e pessoas internamente deslocadas e oportunidades econômicas limitadas. No caso africano, por exemplo, tais desafios tornam a conquista dos ideais de independência financeira e criação de uma família ainda mais fora do alcance do que nas épocas de paz. Ademais, os indivíduos do sexo masculino em sociedades pós-conflito são muitas vezes traumatizados, e suas masculinidades foram profundamente feridas. Os contextos pós-conflito são

63 As relações entre a cultura visual e as masculinidades são também exploradas em estudos geopolíticos. Por exemplo, FOXALL (2013) analisa as fotografias do presidente russo Vladimir Putin e argumenta que tais fotografias informam o significado da Rússia e a forma como tal Estado é re-escalado do internacional para o corpo, além de destacarem a importância das paisagens na formação de vínculos territoriais entre os cidadãos. Elas também informam a construção de uma identidade russa dominante e uma narrativa política que é altamente masculinizada e que é, ao mesmo tempo, individual – Putin – e universal – Putin como a Rússia. Vê-se também a emergência de narrativas militarizadas e sexualizadas de masculinidade, que são ligadas ao nacionalismo. Essas fotografias não somente refletem a política como também manifestam e possibilitam relações de poder que ligam a virilidade de Putin a uma imagem masculinizada e militarizada da Rússia. Tais fotografias circulam e se conectam com outras performances mais abrangentes da masculinidade, como a decisão de Putin de lançar a segunda Guerra Chechena, a violência contra membros da imprensa e a desmasculinização de políticos rivais e oligarcas.

64 PORTER, 2013, pp. 492-494.

marcados por normas de masculinidade que são, em geral, altamente rígidas, militaristas e associadas a violência, dureza, objetificação e instrumentalização dos indivíduos do sexo feminino e repressão de emoções que não sejam a ira. Além disso, o ambiente de sociedades pós-conflito – em especial na África – inclui campos de refugiados e instalações temporárias para pessoas internamente deslocadas, locais em que indivíduos do sexo masculino são incapazes de preencher as expectativas de masculinidade sustentada pelas suas sociedades.

5. Os estudos sobre homens e masculinidades, a economia política internacional e a globalização

Em princípio, o neoliberalismo seria neutro com relação ao gênero, e o mercado traria vantagens ao empreendedor mais inteligente. Porém, o neoliberalismo não busca a justiça social em relação ao gênero. Na Europa Oriental, a instauração do capitalismo e o desenvolvimento da política neoliberal foram seguidos por uma grande deterioração na posição dos indivíduos do sexo feminino. Em Estados ocidentais mais ricos, o neoliberalismo atacou, desde a década de 1980, o Estado de bem-estar social, do qual muito mais indivíduos do sexo feminino do que do sexo masculino dependiam. Além disso, apoiou a desregulação dos mercados de trabalho, resultando em um aumento da marginalização das trabalhadoras, e diminuiu o emprego no setor público, nos quais os indivíduos do sexo feminino costumam predominar. O neoliberalismo também reduziu os níveis de taxaço pessoal, a principal base das transferências de impostos para indivíduos do sexo feminino, e criou proble-

mas para a educação pública, um dos principais caminhos para o avanço no mercado de trabalho para indivíduos do sexo feminino⁶⁵. A invisibilidade da masculinidade nas discussões sobre desenvolvimento tem dimensões políticas. Os processos que conferem privilégios a um grupo e não a outro são em geral invisíveis àqueles a quem os privilégios são conferidos; assim, a invisibilidade da masculinidade reproduz a desigualdade de gênero, tanto material como ideologicamente. Segundo KIMMEL⁶⁶, qualquer iniciativa para melhorar a condição de indivíduos do sexo feminino deve incluir esforços que envolvam os do sexo masculino. Ainda que a maior parte das iniciativas voltadas para a igualdade de gênero continue focada no empoderamento feminino, alcançar a visão de igualdade de gênero não é possível sem mudanças nas vidas de indivíduos dos sexos masculino e feminino.

Ainda que pareçam ser neutros com relação ao gênero, arranjos institucionais da sociedade e da economia globais são igualmente generificados. O mercado de trabalho, as empresas multinacionais e as instituições internacionais – como a União Europeia – e seus princípios fundamentais como racionalidade econômica e individualismo liberal expressam uma lógica generificada. Ademais, o poder crescentemente não-regulado das empresas transnacionais coloca poder estratégico nas mãos de grupos específicos de indivíduos do sexo masculino, enquanto a linguagem da globalização mantém-se neutra para que o “indivíduo” da teoria neoliberal tenha os atributos e os interesses de um empreendedor masculino. Os modelos de masculinidade presentes nessas instituições estão rapidamente se tornando o modelo hegemônico global de masculinidade, em relação

65 CONNELL, 2005, pp. 1815-1816.

66 KIMMEL, 2001, p. 22.

ao qual as masculinidades locais, regionais e nacionais são desempenhadas e crescentemente se referem⁶⁷.

Entretanto, ELIAS & BEASLEY⁶⁸ argumentam que a ênfase nas empresas multinacionais como o agente fundamental da globalização que está implícita nas noções mais tradicionais dos estudos de masculinidades sobre a “masculinidade de negócios transnacionais” – como a trabalhada por CONNELL – reflete os argumentos de teóricos liberais sobre globalização, que colocam as empresas como o centro de uma economia global crescentemente interdependente. As autoras sugerem que é mais útil focar nos discursos e ideias que permitiram a tais empresas serem vistas e construídas como os agentes fundamentais da globalização neoliberal. Isso requer que a globalização seja entendida como um discurso baseado em noções de racionalidade inata e natureza progressiva da economia de mercado. Na própria Economia Política Internacional, tem-se observado, nos estudos críticos sobre a globalização, um emprego crescente de perspectivas discursivas que buscam investigar a relação entre os efeitos ideacionais e os materiais práticos de tais discursos. Segundo as autoras, a tendência de equacionar a masculinidade hegemônica com uma masculinidade de negócios transnacionais reifica o papel das empresas multinacionais em perspectivas contemporâneas de globalização, sendo que tal tendência entra em conflito com os estudos críticos de globalização que enfatizam a natureza híbrida da globalização, os múltiplos locais da globalização e o papel que os Estados desempenham na mediação e na transformação das relações entre o global e o local, incluindo as culturas locais e globais de gênero⁶⁹.

67 KIMMEL, 2001, p. 26.

68 ELIAS; BEASLEY, 2009.

69 ELIAS; BEASLEY, 2009.

GRIFFIN⁷⁰ argumenta que a reprodução heteronormativa das identidades permite a manutenção de uma visão neoliberal específica da atividade econômica, que é simultaneamente masculinizada e etnocêntrica, e normaliza a heterossexualidade como universal. Tal procedimento faz com que corpos funcionem por meio de fronteiras discursivas heterossexualizadas que são essencializadas e não-problematizadas, de forma a marginalizar e apagar a discussão sobre sexualidade e categorias de gênero da agenda do discurso econômico. GRIFFIN⁷¹ argumenta que o discurso neoliberal – que, na verdade, é historicamente condicionado e orientado pelo poder – monopoliza o senso comum e regula as identidades com pressuposições não-questionadas sobre entendimentos específicos de “democracia”, “liberdade” e “autodeterminação”. As relações hierárquicas de gênero são reproduzidas a partir do mecanismo da heteronormatividade, que faz com que a heterossexualidade seja vista não somente como coerente, mas privilegiada. Foram relegadas em segundo plano outras expressões da própria masculinidade, e a “matriz heterossexual” na construção do *homo economicus* é mantida⁷².

Ainda que se saiba que o mercado ofereça um importante local para a produção de identidades de gênero, pouco ainda se exploraram as formas como essa construção de identidades pode operar no contexto das migrações, uma vez que os trabalhadores migrantes trazem com eles noções particulares de gênero de seus Estados de origem que interagem com as práticas locais de gênero. A masculinidade e o status econômico mostram-se intrinsecamente relacio-

70 GRIFFIN, 2007, p. 221.

71 GRIFFIN, 2007, pp. 222-225.

72 GRIFFIN, 2007, p. 235.

nados nas formas em que os migrantes do sexo masculino muitas vezes descrevem seus trabalhos como “trabalhos de mulher” ou “trabalhos de classe baixa”. Os migrantes do sexo masculino que se originam nas classes média e alta são “flexíveis” com sua identidade econômica e assumem trabalhos considerados “de classe baixa” nos seus Estados de origem a fim de contestar suas identidades de gênero nos Estados que os recebem. Já os que migraram em busca de ganhos econômicos e tinham obrigações familiares de envio de remessas mostram-se “estrategicamente flexíveis” com suas identidades de gênero e desempenham o que consideram “tarefas de mulher” a fim de poderem cumprir as expectativas econômicas. Migrantes do sexo masculino são capazes de colocar aspectos de suas identidades de gênero “em espera” durante sua passagem pelo Estado de destino, estrategicamente selecionando e enfatizando aspectos que os beneficiarão no mercado de trabalho. Essas masculinidades flexíveis e estratégicas enquadram-se em um contexto em que indivíduos do sexo masculino se beneficiam do patriarcado sem necessariamente articularem uma versão forte da dominação masculina⁷³.

Agências do setor público, corporações do setor privado e sindicatos são locais de poder masculinizado e de luta pela igualdade de gênero. Diversas organizações midiáticas transnacionais mostram-se ativas na promoção de uma ideologia de gênero conservadora. Em tal contexto, o complexo institucional, midiático e corporativo dos esportes comerciais, por exemplo, tornou-se um local crescentemente importante para a representação e a definição de gênero com seu foco nos atletas masculinos e sua celebração da força, da dominação e do sucesso competitivo, além da valorização dos comentaristas e executivos masculinos e sua marginalização e frequente

73 BATNITZKY *et al.*, 2009, pp. 1275-1280.

ridicularização de indivíduos do sexo feminino⁷⁴. HOOPER⁷⁵ argumenta que a mídia também disseminou uma iconografia popular que liga as masculinidades ocidentais a um mundo mais amplo além das fronteiras do Estado. As aventuras em terras estrangeiras aparecem ligadas à virilidade, de forma que elementos como a diplomacia, a espionagem e as atividades de líderes de Estado contribuíram para definir masculinidades hegemônicas no imaginário popular, como os mitos de heroísmo em torno de personagens como James Bond e sua ligação com um ideal aristocrático e cavalheiro da condição de homem ou de figuras reais ou fictícias como presidentes e primeiros-ministros vistos em posições decisórias importantes sobre os rumos da política internacional em noticiários de televisão ou mesmo no cinema. Os meios de comunicação oferecem uma fonte contínua de inspiração e de imaginação que informam o sentido dessas práticas e que definem uma rede de significados culturais nos quais as relações internacionais estão inseridas.

6. Considerações finais

Colocar os problemas relacionados ao gênero estritamente em termos de papéis de gênero pode desviar a atenção de outras questões básicas como a classe social. Indivíduos dos sexos masculino e feminino em comunidades pobres e marginalizadas não dispõem de tanta liberdade econômica para escolher como negociam a distribuição de tarefas produtivas e de reprodução social. A ação coletiva em níveis comunitários e sociais é necessária a fim de se criarem não somente as condições culturais, mas as econômicas para possibilitar essa renegociação. Ademais, um entendimento

74 CONNELL, 2005, pp. 1815-1816.

75 HOOPER, 2001, pp. 87-88.

das questões políticas relacionadas à masculinidade pode auxiliar a conexão das dimensões mais amplas da pobreza humana – como a liberdade, a autopercepção e a violência – à distribuição de poderes político, econômico e cultural entre os gêneros e dentro de cada um. Isso aponta para a necessidade de se trabalhar em nível da comunidade, com a partilha das diferentes experiências de pobreza de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, a fim de desenvolver a ação coletiva para a redução sustentável da pobreza humana⁷⁶.

Além disso, a garantia da entrada de indivíduos do sexo feminino em posições de poder e de influência política poderá ajudar a tornar a questão de gênero visível como uma questão fundamental da governança e a desafiar a masculinização do poder. Entretanto, há também a necessidade de se desafiar uma série de exclusões – como as de raça, classe social, orientação sexual, etnicidade e idade, por exemplo – nas quais o poder está baseado e que são incorporadas em noções de masculinidade e na sua hierarquização não somente entre os gêneros, mas dentro deles. Entender o desenvolvimento como uma liberdade e um direito significa reconhecer que a violência masculina restringe o desenvolvimento feminino ao limitarem liberdades e direitos. Esse entendimento também significa o reconhecimento das várias pressões colocadas sobre os indivíduos do sexo masculino que podem resultar em reações violentas, bem como a necessidade de tais indivíduos de assumirem responsabilidade pelas suas ações. Um conjunto de programas contra a violência masculina pôde trabalhar com indivíduos violentos do sexo masculino a fim de ajudá-los a entender as formas pelas quais pressões estruturais, mensagens culturais e práticas de parentalidade contribuíram para sua socialização na violência. Ao redor do mundo, organizações intergovernamentais

76 GREIG *et al*, 2000, pp. 9-10.

e não-governamentais atuam na prevenção e na intervenção nessas situações. Colocar a violência masculina num contexto histórico e cultural ajuda a superar a naturalização da violência do indivíduo do sexo masculino ou a masculinização da violência. Nesse sentido, uma resposta efetiva às conexões entre masculinidade e violência não deveria somente considerar o trabalho com os indivíduos do sexo masculino – por exemplo, em programas de reconstrução pós-conflito – mas também, por exemplo, lidar com as questões de direitos humanos e discriminação⁷⁷.

Recomenda-se, assim, o desenvolvimento de intervenções transformadoras de gênero que busquem promover uma maior igualdade de gênero. Alguns programas já existentes – em especial os atuantes em sociedades pós-conflito – treinam indivíduos por meio da conscientização comunitária e workshops de sensibilização e de construção de capacidades, usando perspectivas de aprendizado participativo para ampliar o conhecimento sobre saúde sexual e construir a consciência dos riscos assumidos. Há programas que também promovem reflexões pelos indivíduos do sexo masculino sobre as formas como eles também podem ser afetados pela violência masculina contra os do sexo feminino a partir da dor sentida por pessoas próximas a eles, não somente esposas e parceiras, mas filhas, mães e irmãs. Eles são encorajados a refletir sobre os impactos negativos de serem estereotipados como possíveis perpetradores da violência e as implicações de estarem em relacionamentos em que as parceiras temem ser violentadas. Tais programas podem ir além do foco no fim da violência contra indivíduos do sexo feminino e na promoção de práticas sexuais seguras e encorajar os indivíduos do sexo masculino a refletirem sobre os custos das masculinidades hegemônicas. A esse respeito,

77 GREIG *et al.*, 2000, pp. 9-13.

é importante explorar uma metodologia transformadora de gênero conhecida como “reconciliação de gênero”, que busca transformar as fontes da desigualdade de gênero em múltiplos níveis – o individual, o das relações interpessoais e o social – por meio de uma combinação abrangente de técnicas, inclusive as psicológicas e as terapêuticas. A ênfase na dimensão psicológica é especialmente relevante para lidar com os traumas e as humilhações experimentados por sociedades que passaram por conflitos⁷⁸.

78 PORTER, 2013, pp. 498-500.

Referências

- BATNITZKY, Adina; MCDOWELL, Linda; DYER, Sarah. Flexible and Strategic Masculinities: The Working Lives and Gendered Identities of Male Migrants in London. In: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v.35, n.8, pp.1275-1293, 2009.
- BEASLEY, Chris. Mind the gap? Masculinity studies and contemporary gender / sexuality thinking. In: *Australian Feminist Studies*, v.28, n.75, pp. 108-124, 2013.
- BRITTON, Dana M.; WILLIAMS, Christine L. "Don't Ask, Don't Tell, Don't Pursue": Military Policy and the Construction of Heterosexual Masculinity. In: *Journal of Homosexuality*, v.30, n.1, pp. 1-21, 1995.
- CONNELL, R.W. The big picture: masculinities in recent world history. In: *Theory & Society*, v.22, n.5, pp. 597-623, out. 1993.
- CONNELL, R.W. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CONNELL, R.W. Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena. In: *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v.30, n.3, pp. 1801-1825, 2005.
- CONNELL, R.W.; MESSERSCHMIDT, J.W. Hegemonic masculinity: Rethinking the Concept. In: *Gender & Society*, v.19, n.6, pp. 829-859, dez. 2005.
- DONALDSON, Mike. What Is Hegemonic Masculinity? In: *Theory and Society*, v.22, n.5, pp. 643-657, out.1993.
- DUDINK, Stefan; HAGEMANN, Karen. Masculinity in politics and war in the age of democratic revolutions, 1750-1850. In: DUDINK, Stefan; HAGEMANN, Karen; TOSH,

John. (orgs.) *Masculinities in politics and war: gendering modern history*. Manchester: Manchester University Press, 2004, pp. 3-21.

DUNCANSON, Claire. Forces for Good? Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. In: *International Feminist Journal of Politics*, v.11, n.1, pp. 63-80, 2009.

ELIAS, Juanita; BEASLEY, Christine. Hegemonic Masculinity and Globalization: "Transnational Business Masculinities" and Beyond. In: *Globalizations*, v.6, n.2, pp. 281-296, 2009.

FOXALL, Andrew. Photographing Vladimir Putin: Masculinity, Nationalism and Visuality in Russian Political Culture. In: *Geopolitics*, v.18, n.1, pp. 132-156, 2013.

FRANCIS, Diana Francis. The Construction of Masculinity as a Motivator for War. In: *Peace Review: A Journal of Social Justice*, v.25, n.2, pp. 234-239, 2013.

GREIG, Alan; KIMMEL, Michael; LANG, James. Men, Masculinities & Development: Broadening our work towards gender equality. In: *UNDP Gender in Development Monograph Series*, n.10, pp. 1-21, 2000.

GRIFFIN, Penny. Sexing the Economy in a Neo-liberal World Order: Neo-liberal Discourse and the (Re)Production of Heteronormative Heterosexuality. In: *British Journal of Politics & International Relations*, v.9, n.2, pp. 220-238, 2007.

HINOJOSA, Ramon. Doing hegemony: military, men, and constructing a hegemonic masculinity. In: *The Journal of Men's Studies*, v.18, n.2, pp. 179-194, primavera 2010.

HOOPER, Charlotte. *Manly states: Masculinities, International Relations, and Gender Politics*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

HORNE, John. Masculinity in politics and war in the age of nation-states and world wars, 1850-1950. In: DUDINK, Stefan; HAGEMANN, Karen; TOSH, John. (orgs.) *Masculinities in politics and war: gendering modern history*. Manchester: Manchester University Press, 2004, pp. 22-40.

JESUS, D.S.V. Bravos novos mundos: uma leitura pós-colonial sobre masculinidades ocidentais. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, pp. 125-139, 2011.

JESUS, D.S.V. Aqui jaz o amor: o nascimento do homem, a produção das masculinidades e as relações internacionais. In: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 3, n. 1, pp. 17-29, 2012.

JESUS, D.S.V. O impossível é nada: globalização, esporte e masculinidades. In: *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 5, n. 2, pp. 1-33, 2012.

JESUS, D.S.V. Sobre homens, cavalos e corações selvagens: a 'civilização' e a masculinidade hegemônica na identidade dos Estados Unidos na Guerra do Iraque. In: *Gênero*, v. 12, n. 2, pp. 187-205, 2012.

KIMMEL, Michael S. Global masculinities: restoration and resistance. In: PEASE, Bob; PRINGLE, Keith. (orgs.) *A Man's World?: Changing Men's Practices in a Globalized World*. Nova York: Palgrave, 2001, pp. 21-37.

KIRBY, Paul; HENRY, Marsha. Rethinking Masculinity and Practices of Violence in Conflict Settings, In: *International Feminist Journal of Politics*, v.14, n.4, pp. 445-449, 2012.

MANKAYI, Nyameka. Masculinity, sexuality and the body of male soldiers. In: *PINS*, n.36, pp. 24-44, 2008.

NAGEL, Joane. Masculinity and nationalism: gender and sexuality in the making of nations. In: *Ethnic and Racial Studies*, v.21, n.2, pp. 242-269, 1998.

NYE, Robert A. Western Masculinities in War and Peace. In: *American Historical Review*, v.112, n.2, pp. 418-438, abr. 2007.

PORTER, Antonia. 'What is Constructed can be Transformed': Masculinities in Post-Conflict Societies in Africa. In: *International Peacekeeping*, v.20, n.4, pp. 486-506, 2013.

SASSON-LEVY, Orna. Military, Masculinity, and Citizenship: Tensions and Contradictions in the Experience of Blue-Collar Soldiers. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v.10, n.3, pp. 319-345, 2003.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, abr. 2006.

VÄYRYNEN, Tarja. Keeping the trauma of war open in the male body: resisting the hegemonic forms of masculinity and national identity in visual arts. In: *Journal of Gender Studies*, v.22, n.2, pp.137-151, 2013.

Recebido em 10/05/2014.

Aprovado em 23/06/2014.

Diego Santos Vieira de Jesus

Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro

Bairro Centro, Rua do Rosário nº 90, Rio de Janeiro, RJ

20041-002 BRASIL

E-mail: dsvj1408@terra.com.br